


# A resposta de Fabio Durão à crise da teoria literária em *Metodologia de pesquisa em literatura*

Gabriel Pinezi<sup>a</sup> 

## Resenha de:

DURÃO, Fabio Akcelrud. *Metodologia de pesquisa em literatura*. São Paulo: Parábola, 2020.

Em uma primeira leitura, *Metodologia de pesquisa em literatura* soa como uma versão sucinta e atualizada daquele gênero de livros que oferece ao pesquisador conselhos para as atividades da vida acadêmica. Já numa segunda leitura, se revela como um capítulo da análise crítica de Fabio Akcelrud Durão sobre as práticas acadêmicas dos estudos literários – atualmente, numa crise institucional sem precedentes. Na obra, o livre-docente da Unicamp se apresenta como um professor de carne e osso que, com base em sua experiência, guia estudantes e colegas pelos meandros de uma “máquina” que, de tão familiar, parece estranha: a universidade brasileira (DURÃO, 2020, p. 81-82).

O público-alvo de Durão se divide em dois: primeiro, os estudantes de literatura que não conhecem tão bem a pesquisa; em seguida, os professores que buscam compreender melhor a lógica da produção científica brasileira na qual já operam. Ambos serão recompensados pela leitura do volume todo, embora haja uma clara divisão do livro: os quatro primeiros capítulos, focados em questões práticas, parecem mais úteis

Recebido em: 23/08/2021

Aceito em: 24/10/2021

<sup>a</sup>Unicentro. Guarapuava, PR, Brasil.  
E-mail: gabrielpinezi@gmail.com

## Como citar:

PINEZI, G. A resposta de Fabio Durão à crise da teoria literária em *Metodologia de pesquisa em literatura*. *Gragoatá*, Niterói, v.27, n.57, p.443-453, 2022. <<https://doi.org/10.22409/gragoata.v27i57.51299>>

aos estudantes e jovens pesquisadores; já os três apêndices vão a fundo na crítica institucional, interessando mais aos veteranos com algum poder de decisão sobre as estruturas da pesquisa acadêmica.

Quem já conhece o trabalho de Durão sabe que o novo livro não nasceu da urgência imediata, mas é resultado de um esforço autorreflexivo característico de suas publicações. Há tempos ele vem chamando nossa atenção para as contradições inerentes à assimilação rápida da Teoria norte-americana em solo brasileiro, que conduziram à institucionalização acadêmica de um modelo de pesquisa que, embora se defina como “crítico”, atende adequadamente às demandas do capitalismo tardio – isto é, à produção incessante e acelerada de novas teses, novos modos de vida e novas moralidades, nos quais o “novo” se torna um valor em si mesmo, bem ao gosto do tédio que alimenta a indústria cultural (DURÃO, 2004, p. 92).

Assim, desde o seu diagnóstico sobre a importação de modelos teóricos incompatíveis com a realidade brasileira até o atual livro sobre metodologia, Durão desenvolve algo que se poderia chamar de uma “teoria da Teoria” ou uma “crítica da Crítica”. O eco da expressão usada por Marx e Engels (2011, p. 15) é sintomático, já que seu contexto original é o de um protesto contra a tentativa de “transformar a crítica em si numa força transcendental”. Toda a reflexão de Durão sobre a produção científica segue esse mesmo crivo materialista, problematizando as condições de possibilidade de nossa produção acadêmica não em termos transcendentais ou morais, mas em termos institucionais e econômicos – inegável dívida de seu pensamento com a teoria crítica de Adorno atualizada por seu ex-orientador, Frederic Jameson.

A estratégia materialista de Durão (2020, p. 14) se resume na fórmula apresentada logo no primeiro capítulo: “pesquisa em literatura = interpretação + aparato acadêmico”. Essa ideia é o desdobramento da seguinte crítica: a pesquisa em literatura que fazemos todos os dias não existe simplesmente como o motor da autoconsciência do homem em direção a um mundo mais justo, igualitário e racional, mas também como uma indústria ditada pela lógica do capital. Nos EUA, ela se sustentou enquanto deu lucro; no Brasil, se adequou sem muita resistência ao produtivismo burocrático. Aquilo que lá, em sua origem, era ânsia estadunidense por teorias que

alimentassem um mercado de novidades citáveis (DURÃO, 2011, p. 31-32) tomou a forma brasileira de uma enxurrada de artigos científicos repetitivos a fim de inflar currículos.

O momento atual é de crise institucional desse modelo. O neoliberalismo paranoico que venceu nas urnas em 2018 responde à crise decretando a destruição completa da “inútil” área de humanas. No meio da “baderna” institucional, Durão propõe uma estratégia de resistência: desacelerar a máquina, para que ela alcance os seus resultados científicos esperados e encontre, assim, uma posição institucional legítima. Nossa sobrevivência não dependeria do atendimento às demandas de “utilidade” e “lucro”, mas de explicitar a diferença entre o tempo ruminante e lento da pesquisa científica rigorosa e o tempo hiperaquecido do produtivismo niilista – isto é, perceber que produzir mais (texto) é produzir menos (conhecimento).

A aposta é que a universidade siga na contramão dos tempos atuais, em que as *fake news* andam de mãos dadas com a produção acelerada de conteúdos. Desacelerar a quantidade de escritos possibilitaria mais tempo dedicado à recepção daquilo que o campo produz, tornando o diálogo entre os pares mais consistente e as ideias mais sólidas: “o produtivismo é tanto causa quanto consequência de uma falta de sedimentação de leitura” (DURÃO, 2020, p. 57). Produzir mais do que se é capaz de ler torna a pesquisa verdadeiramente “inútil”, pois cada vez mais individualizada e narcísica, o que inviabiliza um campo científico bem regulado, cuja função seria semelhante à de um *gate keeping*.

Fica explícito, aqui, o valor atribuído por Durão (2020, p. 110) à leitura e à interpretação, que não só orienta suas expectativas para a máquina acadêmica, como também está na base de sua proposta de metodologia de pesquisa em literatura. Para Durão, a *interpretação* é o componente próprio e específico que nos diferencia de outros campos das ciências humanas; no entanto, o problema institucional se dá quando o modelo acelerado de produção herdado da Teoria estadunidense toma o lugar da prática ruminante da interpretação. A escassez de textos sobre metodologia de pesquisa em literatura é, para Durão, sintoma disso: tudo se passa, atualmente, como se a disciplina de teoria pudesse, por si só, dar conta de todo o processo de produção acadêmica da área, reduzindo assim um campo de investigação autônomo com seus próprios objetos à

aplicação seriada de teorias distintas a objetos potencialmente infinitos:

Um crítico desconstrutivista tenderá a procurar uma oposição binária fundadora do texto para em seguida revertê-la, mostrando que o termo excluído seria na realidade condição de possibilidade de existência daquele que o exclui; o feminismo atentarà para o papel das personagens femininas, se elas se adequam ou repudiam a ordem patriarcal; o pós-colonialismo buscará identificar procedimentos de dominação sobre o chamado terceiro mundo; a teoria *queer* recortará indícios textuais que articulem a normativização da sexualidade e conseqüentemente o que deve ser encarado como “desvio”, e assim por diante. De um certo ponto de vista, como veremos, esse modo de proceder é legítimo porque, a rigor, conhecimento novo está sendo produzido. Contudo, a esterilidade das conclusões, a reiteração cansativa de ideias já dadas em objetos simplesmente novos são gritantes. (DURÃO, 2020, p. 12).

Contra essa tendência, Durão nos chama a atenção para a diferença dos princípios epistemológicos que regem os estudos literários e as ciências naturais: “nos estudos literários, o equivalente do verificável é o convincente; de posse de duas leituras diferentes da mesma obra, será mais verdadeira aquela que for mais persuasiva” (DURÃO, 2020, p. 22). De forma mais simples: a pesquisa em literatura não visa à *verificação* empírica de leis gerais, e sim à *persuasão* por meio da interpretação.

Nesse ponto, deve-se reconhecer que, ao traçar a equivalência “estudos literários = interpretação”, a proposta de Durão soa limitante, mesmo com as tímidas ressalvas sobre a não obrigatoriedade da fórmula. Será que a maioria de nossas pesquisas deve se resumir à prática de interpretar textos? E será mesmo que essa noção de verdade como persuasão em vez de verificação é tão adequada para nos diferenciarmos das ciências experimentais? Não precisamos nos valer da hermenêutica de Gadamer para lembrar que o verificar é inerente ao interpretar. Basta comparar-nos com as próprias ciências experimentais, compreendendo como nelas se dá a relação entre verificações empíricas e formulação de teorias.

Certamente, existem diferenças entre as ciências experimentais e os estudos literários, mas elas não consistem no fato de que a nós está vedada a verificação. Interpretações literárias são convincentes precisamente por serem verificáveis.

No entanto, nossos métodos de verificação são distintos daqueles que deram origem às ciências naturais, isto é, às metodologias *quanti* baseadas em experimentos com variáveis dependentes e independentes. Nós, dos estudos literários, não podemos manipular e controlar ambientes para isolar variáveis. Se quisermos argumentar que Capitu traiu Bentinho, não podemos encontrar Capitus no mundo real, separá-las em grupos de pesquisa e de controle para observar quais irão trair ou não seus maridos casmurros. No entanto, isso não significa que, tal como fez Helen Caldwell, não possamos verificar a hipótese do narrador não confiável por meio de uma leitura atenta do romance, de seus críticos, dos teóricos da literatura e de outras intertextualidades. Não podemos *produzir* provas por meio de experimentos, mas podemos *encontrá-las* nos arquivos da história.

Por isso, é difícil concordar que a distinção entre interpretação e verificação serve para diferenciar os estudos literários das ciências experimentais. Tal afirmação se baseia na ilusão, desmascarada por Popper, de que as ciências empíricas poderiam existir sem aparatos interpretativos. Ora, para Popper (2004, p. 23), a “objetividade” das ciências naturais só se torna possível devido a uma tradição interpretativa que visa à crítica das doutrinas dogmáticas. A ciência depende, portanto, de um trabalho da imaginação: “A descoberta científica é semelhante à narração explanatória de estórias, à feitura de mitos, e à imaginação poética” (POPPER, 2004, p. 59). Se é assim, por que não poderíamos nós também verificar nossas teorias, por meio de leituras mais atentas, pesquisas documentais extensas ou análise de dados que instiguem nossas descobertas? E por que os cientistas seriam “verificadores” e não “persuasores”, se as verificações deles também servem para persuadir? Quem conhece minimamente a obra de filósofos da ciência como Thomas Kuhn (2013), Michel Foucault<sup>1</sup> (2009) e Bruno Latour (1997, 2000) será obrigado a reconhecer que, nas ciências experimentais, tanto a verificação quanto a consistência lógica dos argumentos servem precisamente para persuadir a comunidade científica da validade de uma certa teoria.

Na física, a mais exata das ciências da natureza, não há qualquer evidência científica que funcione à parte de uma retórica persuasiva; a evidência é, dentro do discurso científico, um elemento constitutivo da argumentação. Por si só,

<sup>1</sup> A frequente associação de Foucault a uma postura anticientífica é, a meu ver, bastante equivocada. Foucault apresenta, sim, uma crítica a certos tipos de discursos científicos, mas não contra a cientificidade em si. Nada impede a compreensão da crítica de Foucault à psiquiatria precisamente como a denúncia de sua falta de cientificidade.

o experimento não garante o convencimento da comunidade científica, já que todo experimento precisa ser interpretado. Einstein, depois de formular a teoria da relatividade geral, pôde vê-la provada pela observação de um eclipse; nem por isso deixou de duvidar dos experimentos responsáveis pela origem da física quântica que, embora evidentes e reificáveis, não o convenciam da disposição de Deus para jogar dados. Estava aí, precisamente, o que fazia de Einstein um cientista: sua vontade – mesmo que frustrada – de *falsear* aquilo que outros tomavam como evidente.

A distinção entre as ciências experimentais e aquilo que os estudos literários têm feito não se mede tanto pela diferença da natureza de nossos objetos, mas mais pela forma como nós lidamos com a teoria: os cientistas fazem experimentos para *falsear* teorias; já nosso costume é o de *aplicar* a teoria. Segundo Popper, a verificação científica não visa a confirmar, mas a colocar em crise uma dada teoria – exatamente o oposto do que a maior parte de nossas teses e dissertações faz quando aplica a teoria X ao objeto Y. A princípio, tudo em nossa área se passa como se as teorias precisassem ser reiteradas em vez de refutadas. O já clássico “este estudo é apenas mais um ponto de vista...”, que aflora com frequência em discussões da área em reação a um simples contra-argumento ou tentativa de refutação, revela precisamente a dificuldade dos estudos literários em propor o falseamento de teorias ou de interpretações. Num meio acadêmico em que teóricos já têm função totêmica (os foucaultianos, os derridianos, os bakhtinianos etc.), refutar torna-se sinônimo de transgressão moral, e não de debate científico. Nossa postura acadêmica se autointitula *crítica*, embora não se apresente ela mesma como *críticável*. Isso anula aquilo que Popper (2004, p. 15) considera indispensável para a prática científica: o falseamento que conduz à elaboração de novas teorias.

Uma postura acadêmica verdadeiramente crítica é aquela que estabelece os limites de uma teoria, e não o alargamento do espectro de sua aplicabilidade. Uma teoria que se diz crítica só pode sê-lo ao pé da letra se não se dispuser à mera *reprodução* – categoria mais adequada, como sabemos, ao conceito de ideologia. Não é por acaso que as teses e dissertações produzidas nos últimos anos sejam tão recursivas em suas conclusões: a forma mais apropriada aos discursos que visam à

crença é, justamente, a da repetição. Seja a ladainha da reza, seja a aplicação repetitiva dos mesmos teóricos a infinitos textos, o objetivo é sempre o mesmo: submeter o possível estranhamento frente ao fenômeno à certa familiaridade da própria voz.

A prática do produzir-por-produzir, aliada a uma indistinção entre os sentidos próprios de “metodologia” e “teoria”, resulta em um distanciamento entre os estudos literários e as ciências experimentais, aproximando-nos dos discursos que têm como finalidade a manutenção da *fé* ou da *crença*. Isso tem a ver menos com a “utilidade” da literatura ou com a “verificabilidade” da ciência e mais com uma *postura* investigativa – para não dizer uma *ética* do saber. É o que Durão tateia quando afirma que “a universidade talvez seja hoje o único âmbito no qual a constituição da objetividade do objeto fala mais alto do que a opinião geral sobre ele” (DURÃO, 2020, p. 17-18).

Quando sugere uma interpretação literária rigorosa (DURÃO, 2020, p. 11) contra a mera aplicação de teorias aceitas a objetos aleatórios, Durão está de fato retomando a velha oposição grega entre *episthémē* (ciência) e *dóxa* (opinião). Mas como efetivar o saber próprio dos estudos literários frente à crescente ameaça de uma política universitária cada vez mais subordinada aos ditames da opinião? Como fazer dos estudos literários uma máquina a serviço do saber, e não simplesmente parte de um dispositivo de manutenção de crenças e opiniões coletivas?

A solução proposta por Durão para esse problema é adotar um ponto de vista minimamente realista em relação a um objeto de estudos comum – isto é, tomar o *texto* (em sua acepção ampla, que contemple a oralidade, a imagem, o cinema etc.) como objeto próprio da nossa área. Ou seja: privilegiar a crítica literária imanente em detrimento da crítica normativa. Assim, para criar uma nova aliança entre literatura e teoria, seria necessário o retorno a uma noção formalista do texto literário autônomo, que não o reduz a mero constructo ideológico ou cultural – vale dizer, um constructo que visa à manutenção da crença. Esse é o argumento de Durão (2020, p. 38) para defender um retorno ao *close reading* contra os recortes extensos da tendência hegemônica dos estudos culturais ou do comparatismo.

A proposta de Durão não é radicalmente adversária da Teoria, como ele mesmo lembra: não se trata de abandoná-la, “mas de não deixar que ela predetermine o que se deve fazer com as obras literárias” (DURÃO, 2020, p. 12). Aqui, aparece um alerta recorrente em sua crítica: o de que a Teoria abdicou do termo “literário” em sua forma institucional. Lembrando que foi o *New Criticism* o responsável por institucionalizar os departamentos de literatura nos EUA, Durão (2020, p. 40) defende um retorno à formulação científica do texto literário desenvolvida por essa corrente, mais adequada ao modo de produção acadêmico:

o desejável [...] seria um método de leitura que limitasse o horizonte da causalidade e do comparativismo, de modo a aproximar a interpretação do necessário e do obrigatório e não do contingente e do caprichoso, aproximando-a assim da ciência (DURÃO, 2020, p. 38-39).

Embora formule um ótimo diagnóstico, a solução proposta por Durão decepciona, pois supõe que a delimitação de um “objeto” de interesse em comum – o “literário”, equivocadamente tomado como autônomo em relação à “teoria” – seria capaz de estreitar os interesses entre os pares, tornando nosso campo mais sólido e coeso. Se essa fosse a solução, como explicar que a Física não tenha perdido a sua legitimidade nas universidades, mesmo estando dividida há décadas entre as incongruentes concepções de natureza propostas pelo princípio da relatividade de Einstein e pelo princípio de incerteza de Heisenberg? Se o estabelecimento de um mesmo horizonte de objetividade não se aplica nem ao campo da Física, o que se dirá dos formalismos cuja pedra de toque ainda é a tese kantiana de que o juízo de gosto não tem valor objetivo algum?

Não é uma certa “objetividade” da natureza aquilo que garante a um mesmo departamento ensinar aos seus alunos as teorias de Einstein e de Heisenberg: as “naturezas” propostas pela relatividade e pela física quântica são tão distintas em sua objetividade quanto a “literariedade” de Jakobson comparada à “textualidade” de Derrida. Tais diferenças conceituais não impedem um diálogo profícuo entre os dois autores nem uma coerência do campo. Pelo contrário: o que legitima institucionalmente um departamento universitário é



precisamente o fato de que diferentes teóricos apontam, com base em um mesmo conjunto de problemas, para objetividades distintas. É assim, também, no caso da Física: para o problema “o que é gravidade?”, há respostas possíveis via o conjunto de pressupostos dados pela relatividade geral de Einstein e outras respostas possíveis via o conjunto de premissas da teoria quântica. A Física enquanto campo não se estrutura a partir de um *domínio institucional sobre objetos*, mas antes de uma *disputa teórica sobre problemas comuns*. Se isso é verdade, não há como conter os excessos da “teoria” em nome de uma melhor definição do “literário” pelo simples fato de que o domínio do literário só existe devido ao conjunto de premissas que chamamos de “teoria”.

Assim, não há razões suficientes para acreditar que o privilégio à crítica imanente seria um antídoto contra a tendência reprodutivista da Teoria. O que deveria estar em jogo é uma outra relação entre *teoria* e *pesquisa*. De preferência, uma mais próxima da postura das ciências falseáveis que, ao mesmo tempo, não ameace a especificidade de nossos métodos. Mas essa nova relação só será possível quando professores e programas de pós-graduação incentivarem e financiarem pesquisas que busquem não simplesmente *aplicar*, mas *elaborar* teorias. Seria preciso, então, discutir entre nossos pares se, diante da atual crise institucional, a nossa “máquina” estaria disposta a abdicar de sua função de *reificar* a realidade, tal como a indústria cultural, para de fato *investigá-la*.

Somente por meio de uma postura ética simultaneamente *investigativa* e *criadora* os estudos literários se livrarão de sua atual vocação reificadora. Nessa outra perspectiva, a briga não deve tanto se dar em torno da legitimidade de novos e velhos objetos de estudo – como é de praxe no debate entre “canônicos” e “culturalistas” –, e sim entre novas teorias demonstráveis e velhas teorias refutáveis. Esta seria uma solução plausível para a cansativa picuinha entre os estudos culturais e os formalismos: discutir problemas comuns com base em premissas distintas, mesmo que para manter as desavenças em dia, como fazem físicos e matemáticos de todo o mundo.

Na síntese de Durão (2020, p. 18, grifo do autor), “a literatura como entidade autônoma só é possível por causa de uma **política científica** que a concebe como um objeto”. Troque-se “objeto” por “problema”, e teremos uma perspectiva

mais comunitária, capaz de responder melhor aos desafios institucionais que estão por vir. Afinal, como esta resenha mesmo exemplifica, é o conjunto de preocupações comuns, e não um mesmo objeto, que dá coerência a um campo. Embora a busca por novas teorias não seja a proposta da letra de Durão, explicitamente apegado ao passado formalista e ao cânone literário modernista, ela ao menos corresponde ao espírito de seu próprio livro, com o qual deveríamos todos, enquanto pesquisadores, concordar: “já que a institucionalização é irresistível – e, diante do risco de precarização absoluta da literatura, até mesmo desejável –, a melhor saída consiste em submeter todo o aparato que dá origem à pesquisa ao crivo crítico e a certa *postura* investigativa” (DURÃO, 2020, p. 14).

### Referências

DURÃO, Fabio Akcelrud. Breves observações sobre a teoria, suas contradições e o Brasil. *Revista de Letras*, São Paulo, v. 1, n. 44, p. 81-95, 2004. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/letras/article/view/242/241>. Acesso em: 12 abr. 2020.

DURÃO, Fabio Akcelrud. *Metodologia de pesquisa em literatura*. São Paulo: Parábola, 2020.

DURÃO, Fabio Akcelrud. *Teoria (literária) americana: uma introdução crítica*. Campinas: Autores Associados, 2011.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A sagrada família: a crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. Tradução de Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LATOUR, Bruno. *A vida de laboratório: a produção de fatos científicos*. Tradução de Angela Ramalho Vianna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

POPPER, Karl. *Lógica das ciências sociais*. Tradução de Estêvão Rezende Martins, Apio Cláudio Muniz Acquarone Filho, Vilma de Oliveira Moraes e Silva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

**Fábio Durão's Response to the Crisis of Literary Theory in *Metodologia de Pesquisa em Literatura***

*Review of the book: DURÃO, Fábio Akcelrud. Metodologia de pesquisa em literatura*. São Paulo: Parábola, 2020.

**Gabriel Pinezi** é doutor em Estudos Literários pela UEL e professor colaborador da Unicentro, *campus* Guarapuava. Desenvolveu pesquisa sobre o processo de criação de Jack Kerouac na Biblioteca Pública de Nova York, além de pós-doutorado em Filosofia, na UEL, e em Estudos Literários, na Unesp-Araraquara. Sua pesquisa versa sobre as relações entre escrita, subjetividade e verdade na literatura ocidental, com foco especial em história da poética e dos processos de criação literário ocidentais. Organizou, junto com Willian André e Lara Amaral, o livro *Literatura e Suicídio*.